

CORREIO NACIONAL



Roberto Dziura Jr.

Apenas em Roraima e São Paulo há crescimento

Infogripe aponta tendência de queda da SRAG

O novo Boletim InfoGripe, divulgado na quinta pela Fiocruz, aponta tendência de queda ou estabilização de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em todas as faixas etárias na maioria dos estados brasileiro. Apenas em Roraima e São Paulo há sinal de crescimento na tendência de longo prazo. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, já foram notificados 164.330 casos de SRAG no país.

Em Roraima, o aumento dos casos da síndrome está concentrado em

crianças de até 2 anos e em crianças e adolescentes de 5 a 14 anos. Já em São Paulo, o crescimento se concentra nas crianças e adolescentes na faixa de 2 a 14 anos. “É provável que o crescimento de SRAG esteja sendo impulsionado por algum vírus que afeta principalmente crianças e adolescentes, como o rinovírus, VSR, adenovírus ou metapneumovírus”, disse a pesquisadora Tatiana Portella, do Programa de Computação Científica da Fiocruz e do InfoGripe.

Dados expostos

Um total de 1,5 mil pessoas que participaram de uma pesquisa do Banco Central (BC) sobre Pix tiveram dados expostos, informou nesta quinta-feira (5) o órgão.

O problema afetou os participantes da segunda edição da pesquisa O brasileiro e os hábitos de uso de meios de pagamento,

ocorrida em outubro e novembro de 2023 e publicada na última sexta-feira (29).

Segundo o BC, na hora de publicar a pesquisa, o órgão também publicou acidentalmente os dados pessoais dos respondentes. A instituição classificou o problema de erro operacional

R\$ 4,6 mi em custos hospitalares

Entre janeiro de 2023 e outubro deste ano, o custo das internações no Brasil por melanoma – considerado o tipo de câncer de pele mais agressivo – chegou a R\$ 4,6 milhões. O levantamento, feito pela Planisa em parceria com o DRG Brasil, analisou 2.537 altas hospitalares em unidades públicas e privadas

do país com permanência média de 1,9 dia. A pesquisa revela que a faixa etária predominante foi de pacientes com idade entre 60 e 69 anos (26,30%), seguida pelo grupo de 70 a 79 anos (25,14%). Já a distribuição por gênero ficou equilibrada, com 50,61% de mulheres e 49,39% de homens.

Provas do Enem PPL

Ao todo, 97.016 candidatos se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio para presos e adolescentes sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade, o Enem PPL deste ano.

Da mesma forma que o Enem regular, o Enem PPL avalia o desempenho escolar da pessoa que

concluiu o ensino médio e pode representar a oportunidade de acesso ao ensino superior. O exame pode contribuir, ainda, para reinserção social deste público, por meio da educação.

A aplicação do Enem PPL é sempre posterior à do Enem regular e ocorre em dias úteis.

Prevenção aos Feminicídios

O Ministério das Mulheres, em parceria com a ONU Mulheres, apresenta a cartilha do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Instituído pelo Decreto nº 11.640/2023, o Pacto tem o objetivo de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de

gênero contra mulheres e meninas, por meio da implementação de ações governamentais interseccionais, com a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades. A ação já conta a adesão de 19 estados e o Distrito Federal, que firmaram a parceria com o MMulheres.

Transformação do Estado

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) promoveu nesta quarta-feira (4/12) a 4ª reunião plenária ordinária da Câmara Técnica de Transformação do Estado, criada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho.

Os principais pontos da agenda foram o lançamento do documento “Um Estado inclusivo, democrático e efetivo a serviço da população brasileiro”, com objetivo de ampliar o debate público sobre as transformações necessárias para a modernização do Estado

CIDH condena Brasil por desaparecimento de jovens

Episódio deu origem ao grupo de ativistas Mães de Acari

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Estado brasileiro pelo desaparecimento forçado de 11 jovens moradores da favela de Acari, na zona norte do Rio de Janeiro, em 1990. O caso deu origem ao grupo de ativistas Mães de Acari. A sentença foi anunciada na quarta-feira (4) em San José, capital Costa Rica, sede da CIDH.

A corte internacional é uma instituição judicial autônoma da Organização dos Estados Americanos (OEA) que tem o objetivo de aplicar e interpretar a Convenção Americana – também chamada de Pacto de San José da Costa Rica – que consiste em um tratado internacional sobre direitos e liberdades. O Brasil é um dos 20 países que reconhecem a competência da CIDH.

O caso que resultou na condenação do Estado brasileiro se trata do desaparecimento, em 26 de julho de 1990, dos 11 moradores de Acari que estavam em um sítio em Magé, município da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Por volta das 23h, um grupo de aproximadamente seis



Reprodução/Coletivo Fala Akari

A sentença foi anunciada na quarta-feira (4) em San José, capital Costa Rica

homens encapuzados entrou na casa da avó de uma das vítimas e sequestrou Wallace Souza do Nascimento, Hedio Nascimento, Luiz Henrique da Silva Euzébio, Viviane Rocha da Silva, Cristiane Leite de Souza, Moisés dos Santos Cruz, Edson de Souza Costa, Luiz Carlos Vasconcellos de Deus, Hoodson Silva de Oliveira, Rosana de Souza Santos e Antonio Carlos da Silva.

Os encapuzados disseram

que eram agentes da polícia e exigiram dinheiro. Eles seriam integrantes dos “Cavalos Corredores”, um grupo de extermínio que operava na Favela de Acari e era composto por policiais.

Desde então, não se sabe o paradeiro deles. A CIDH destaca que os jovens eram negros. Oito dos desaparecidos eram adolescentes com idades entre 13 e 18 anos. Até hoje, a maio-

ria das famílias não obteve o direito à emissão das certidões de óbito das vítimas.

A Corte cita que um processo judicial aqui no Brasil foi arquivado em 10 de abril de 2011, diante da ausência de “suporte probatório mínimo”. A ação de reparação de danos materiais e morais movida por alguns familiares contra o Estado do Rio de Janeiro prescreveu.

Política Nacional de Inteligência

Pouco mais de um ano após reestruturar todo o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), o governo federal agora discute mudanças na Política Nacional de Inteligência, em vigor desde 2016.

Nesta quarta-feira (4), os membros do Conselho Consultivo do Sisbin (Consisbin) aprovaram uma proposta de texto que a Casa Civil encaminhará para que seja analisada por outras instâncias do governo e que, ao final, servirá de subsídio para a elaboração de um decreto presidencial.

“Superada essa etapa [no conselho], a Casa Civil vai fazer os encaminhamentos. Então, o próximo passo será o decreto presidencial”, explicou Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, órgão central do sistema.

Além da Abin, integram o Consisbin os ministros da Casa Civil (CC), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e dos ministérios da Defesa; da



Wilson Dias/Agência Brasil

Soberania nacional e segurança estão entre fundamentos

Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores. Da reunião desta quarta-feira, a primeira desde a reestruturação do sistema, em setembro do ano passado, participaram, além de Corrêa, o ministro Rui Costa (CCI) e Marcos Antonio Amaro dos Santos (GSI). Os outros foram representados por servidores de alto escalão das respectivas pastas.

De acordo com Corrêa, a iniciativa busca atualizar o atual “marco orientador da

atividade de inteligência” no Brasil, de forma a “refletir as atuais necessidades” do sistema nacional, composto por 48 órgãos públicos federais. Entre os fundamentos da proposta estão a garantia da soberania nacional, a segurança da sociedade, a defesa do Estado Democrático de Direito e a proteção de informações e estruturas sensíveis.

“Daí a proteção do Estado Democrático de Direito, o combate ao extremismo violento,

a desinformação, a definição do papel da inteligência na produção de conhecimento para assessoramento das decisões, a contrainteligência protegendo dados sensíveis e estratégicos do país”, detalhou o diretor-geral da Abin.

A proposta de uma nova política nacional deve ser acompanhada por uma redefinição da Estratégia Nacional de Inteligência. Para isso, o Consisbin também aprovou, nesta quarta-feira, a criação de um grupo de trabalho encarregado de apresentar uma proposta em até 120 dias.

Ainda segundo Corrêa, “fatos recentes” foram determinantes para que o governo federal discutisse uma nova política mais alinhada às garantias do Estado de Direito, com mais controle social e transparência.

“Temos que estar prontos para as demandas do momento. Lógico que isso tem impactos na formação, no direcionamento, na capacitação”, admitiu Correa.

STF

Livro em homenagem a Sepúlveda Pertence

Ministros de tribunais superiores, autoridades, juízes, servidores, familiares e amigos estiveram na quinta no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal para o lançamento do livro “De Zé Paulo a Pertence – a história do mineiro amante da democracia”, em homenagem ao ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, falecido em julho de 2023. “É sempre uma alegria lembrar a memória do ministro Pertence, disse o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, no discurso de abertura do lançamento. “É um livro belíssimo, doutrinário e afetivo, que presta a homenagem devida e merecida a este grande brasileiro amigo”.

STJ

Remição da pena por aprovação no Enem

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que a conclusão do ensino superior antes do início do cumprimento da pena não impede a remição pelo estudo quando o preso obtém aprovação no Enem.

Com esse entendimento, a turma rejeitou um recurso especial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) contra a decisão do Tribunal de Justiça local que admitiu a remição de pena pela aprovação no Enem, no caso de um apenado que já tinha ensino superior completo.

Para o tribunal, a aprovação no exame exige esforço individual e estudo autodidata.

TSE

TSE adota tecnologia de visão artificial por inclusão

Na última quarta-feira (4), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avançou ainda mais nas ações de inclusão de pessoas com deficiência.

O órgão recebeu três óculos com a tecnologia da inteligência artificial destinados a auxiliar pessoas com visão reduzida, com dislexia e analfabetas a “enxergarem” por meio de audiodescrição.

Os dispositivos foram recebidos pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC) do TSE e estarão disponíveis no Museu do Voto e na Biblioteca do Tribunal Alysso Darowish Mitraud para quem precisar do auxílio do equipamento.

TCU

Baixa qualidade dos projetos é problema

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, auditoria para avaliar os procedimentos utilizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para fundamentar a análise e a aprovação de projetos básicos e executivos em contratações integradas.

A nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) incorporou e expandiu o regime de contratação integrada para a esfera nacional, de forma irrestrita.

A legislação consolida as disposições do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e avança.